JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal — Ano II – Nº 375 – Brasília, terça-feira, 17 de dezembro 1996

Arruda diz que ITR vai racionalizar uso da terra

Líder do governo conclama senadores a participarem da votação, amanhã, de uma das soluções para os conflitos fundiários no País

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), afirmou ontem que uma política fundiária mais justa no próximo ano fiscal implica a participação de todos os parlamentares na decisão da sessão conjunta do Congresso de amanhã, às 11h, quando será votada a medida provisória do Imposto Territorial Rural (ITR).

Arruda concordou com o senador Lúdio Coelho quanto aos sacrifícios impostos à agricultura, mas argumentou que os conflitos fundiários são uma realidade que exige uma solução socialmente justa, economicamente viável e apoiada num arcabouço jurídico e institucional próprio. Os dois pilares dessa solução, conforme a maioria dos analistas têm apontado, estão no rito sumário, já aprovado na Câmara e no Senado, e no ITR, disse.

A importância do ITR, como destacou Arruda, está em ser uma alternativa como fonte de recursos e em sinalizar que a ocupação das terras no Brasil deve ser mais racional do que é hoje.

Segundo o líder do governo, o senador Jáder Barbalho (PMDB-PA), relator da medida provisória do ITR, está acatando várias emendas destinadas a evitar que as pequenas e médias propriedades sofram aumentos significativos de tributos. "Mas não se pode abrir mão de uma tributação mais pesada sobre o latifúndio improdutivo", acrescentou.

Arruda informou também que a sessão conjunta de amanhã foi decidida por um entendimento político entre os presidentes do Senado e da Câmara, José Sarney e Luís Eduardo Magalhães. Conforme o líder do governo, a matéria foi exaustivamente discutida pelos parlamentares na Comissão de Agricultura da Câmara e na comissão especial que analisa a medida provisória do ITR, que contou com a presença do ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, e do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel.

José Roberto Arruda

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC), por sua vez, se disse "plenamente" favorável ao posicionamento do líder do governo, mas alertou para as "brechas" existentes na Lei nº 8.629 que trata do assunto. Flaviano disse que a própria legislação impedirá que, no próximo ano, o governo cumpra sua meta prevista para o setor.

Flaviano Melo pediu apoio a projeto de sua iniciativa que, conforme afirmou, poderá contribuir para o aperfeiçoamento da Lei nº 8.629.

Sarney marca votação para amanhã

O presidente do Senado, José Sarney, marcou para amanhã (dia 18), às 11h, a sessão do Congresso Nacional destinada a votar a Medida Provisória nº 1.528, que altera as alíquotas do Imposto Territorial Rural (ITR). Para garantir o *quorum* necessário, as Mesas do Senado e da Câmara computarão a presença dos parlamentares a partir do comparecimento a essa sessão.

Sarney recebeu em audiência, na tarde de ontem, o ministro de Assuntos Fundiários, Raul Jungmann, e o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), com quem acertou os últimos detalhes da votação da MP.

Benedita da Silva

Benedita aponta o social como maior prioridade em 97

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) fez apelo ontem no sentido de que o PT, "como representação minoritária no Senado", receba no próximo ano, para relatar nas comissões, projetos que tenham relevância no debate nacional. A senadora, que fez uma retrospectiva dos trabalhos da Casa em 1996, disse que não é fácil ser minoria, "mas vale a pena exercer com dignidade e transparência" o mandato parlamentar.

- Aprendi que tudo o que temos é emprestado, porque, ao partirmos desta vida, nada deixamos, a não ser a lembrança, a saudade e a esperança daquilo que conseguimos produzir durante a vida - disse a senadora.

Benedita destacou que nos últimos dois anos apresentou 34 projetos, dos quais quatro se tornaram lei. Conforme lembrou, fez pronunciamentos sobre os problemas relativos às pequenas e médias empresas, aos movimentos sociais de mulheres, aos negros, às crianças, aos trabalhadores, aos sem-terra e outras questões de interesse social.

A senadora agradeceu a todos os que a auxiliaram no exercício das suas atividades parlamentares e destacou o trabalho de divulgação do Senado. Para a senadora, o *Jornal do Senado*, "com isenção total", tem levado a muitos brasileiros as notícias sobre o que se realiza na Casa. Ramez Tebet (PMDB-MS) apoiou o discurso da senadora.

NESTA EDIÇÃO

Senado já apreciou 687 matérias este ano — Página 2

Hollanda pede ao governo que conserve rodovias — Página 4

Senado votou 687 matérias em 1996

Só na primeira quinzena de dezembro foram votadas 58 propostas, inclusive a destinação de R$ 300 por ano a cada aluno do ensino fundamental e o rito sumário para reforma agrária

O plenário do Senado já apreciou 687 matérias desde o início do ano de 1996, perfazendo um total de 553 proposições aprovadas, entre 8 de janeiro e 16 de dezembro. Segundo dados divulgados pela Secretaria Geral da Mesa, somente na primeira quinzena deste mês foram apreciadas 58 matérias, tendo sido votadas e encaminhadas à sanção presidencial as propostas de criação do fundo que vai investir R$ 300,00 por ano em cada aluno do ensino fundamental; do rito sumário para reforma agrária; e da intervenção obrigatória do Ministério Público nos conflitos de terra.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério será composto por parcelas de receitas do ICMS, do IPI e dos fundos de participação dos estados e municípios. Na aplicação desses recursos, estados e municípios terão de comprovar a despesa média mínima por aluno e estabelecer novos planos de carreira e remuneração do magistério.

Com a aprovação de uso do rito sumário nos processos judiciais de desapropriação de imóvel rural com fins de reforma agrária, e intervenção obrigatória do Ministério Público em todas as fases processuais das questões que envolvem litígios coletivos de posse da terra, o Senado participou de amplo acordo visando dotar os poderes públicos de meios para amenizar a violência no campo.

Também foram à sanção presidencial projetos alterando o Imposto de Renda das pessoas jurídicas e determinando que as empresas e órgãos públicos com mais de 100 empregados analfabetos organizem cursos de alfabetização de adultos nos próprios locais de trabalho.

Ainda na primeira quinzena de dezembro, o Senado aprovou e enviou à apreciação da Câmara proposta tornando obrigatória a exibição de curta-metragens brasileiros, junto com a projeção de cada filme estrangeiro, e também projeto estendendo o limite de 2% para as multas por atraso de pagamento a todas as obrigações contratuais.

Josaphat Marinho cobra votação do Orçamento de 97

Josaphat

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) insistiu na necessidade de o Congresso aprovar o Orçamento da União para 1997 ainda neste ano. Ele indagou à presidência da Mesa do Senado se a matéria estava incluída na pauta de votação da convocação extraordinária de 17 a 20 de dezembro. Em resposta, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que presidia os trabalhos da Mesa, confirmou a inclusão.

MATÉRIAS APRECIADAS

DE 8 DE JANEIRO A 16 DE DEZEMBRO

Projetos aprovados e enviados à sanção	66
Projetos aprovados e enviados à promulgação	236
Projetos aprovados e enviados à Câmara	143
Mensagens de escolha de autoridades e embaixadores	107
Total de matérias aprovadas	**553**
Total de matérias enviadas ao arquivo	135
Total de matérias apreciadas	**687**

DE 1º A 16 DE DEZEMBRO

Projetos aprovados e enviados à sanção	14
Projetos aprovados e enviados à promulgação	23
Projetos aprovados e enviados à Câmara	9
Mensagens de escolha de autoridades e embaixadores	5
Total de matérias aprovadas	**51**
Total de matérias arquivadas	7
Total de matérias apreciadas	**58**

Simon destaca que Itamar é contra reeleição

Simon

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) destacou documento enviado pelo ex-presidente Itamar Franco à comissão da Câmara encarregada de emitir parecer sobre a emenda que permite a reeleição para cargos do Executivo. Segundo Simon, o ex-presidente confirmou sua opinião contrária à proposição, afirmando que a continuidade de um programa não pode estar atrelada prioritariamente a pessoas.

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Senador José Sarney

10h - Despachos internos
11h - Preside sessão do Congresso Nacional
14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado

PLENÁRIO

11h - Sessão do Congresso Nacional
Pauta: Abertura da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária.

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Apreciação de pedidos de autorização para operações de crédito por estados e municípios. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: *PLS nº 34/96 (terminativo), que altera a Lei nº 6.088/74; e ***PLS nº 20/95 (não terminativo)**, que institui o Programa Nacional de Reflorestamento de Encostas, a cargo do Ibama; **tramitação conjunta com o *PLC nº 72/93**, que dispõe sobre o plantio de árvores ao longo das rodovias e ferrovias brasileiras. *Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa*

Tebet atribui à falta de crédito queda na produção de grãos

Preocupado com as exigências feitas pelos bancos, senador sugere ao governo agilizar financiamentos e simplificar procedimentos

A falta de apoio do governo federal ao pequeno e médio agricultores custou ao País uma redução de 8 milhões de toneladas na produção de grãos, denunciou ontem o senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Ele pediu ao governo que agilize os financiamentos na rede bancária e simplifique as exigências feitas aos agricultores, para que eles tenham o atendimento que merecem.

- As exigências são grandes e os que precisam desse dinheiro são até maltratados pelas agências bancárias, inclusive no Banco do Brasil - acrescentou.

Ramez Tebet

Ramez Tebet observou que a agricultura é "a âncora do Plano Real e que o seu êxito se deve a esse setor e à pecuária". Por isso, sugeriu que o governo adote providências para "sanear essa injustiça no campo", assinalando que os trabalhadores dos assentamentos têm direito a um financiamento especial.

O senador pediu atenção da Casa para a votação, pelo Congresso, da medida provisória que elevou as alíquotas do Imposto Territorial Rural (ITR). Ele concordou que "as terras improdutivas devem ter taxação elevada", mas não considerou justo onerar os pequenos e médios produtores.

Lúdio quer reexame de projeto sobre invasões de terras e do novo ITR

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) anunciou ontem que requereu o envio, para deliberação no plenário do Senado, do projeto de lei que isenta de crime quem invade propriedade rural improdutiva sem violência. De autoria da senadora Marina Silva (PT-AC), o projeto foi aprovado na semana passada, em caráter terminativo, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Lúdio Coelho também dirigiu apelo ao presidente da República, para que este analise em profundidade a situação do campo. Segundo o senador, vários parlamentares têm advertido que a agricultura, sacrificada desde a implantação do Plano Real, terá um aumento de 3% em seus custos com a cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR).

Lúdio Coelho

Em aparte, Bernardo Cabral (PFL-AM) registrou que quem vive no Legislativo verifica que nele se trabalha e se indicam as soluções mais adequadas para o País, como fez Lúdio Coelho. Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ter sugerido vários aperfeiçoamentos ao relator da medida provisória do ITR, senador Jáder Barbalho (PMDB-PA).

Marina Silva mostra-se preocupada com crescente desrespeito ao ser humano

Ao expressar votos de boas-festas para os senadores e funcionários da Casa, a senadora Marina Silva (PT-AC) se disse preocupada com o sentimento de desrespeito humano que, em sua opinião, tem-se manifestado em várias partes do mundo. A seu ver, cresce uma indiferença dos cidadãos mais favorecidos contra os que se encontram em situação inferior.

Marina Silva

Ela pregou a necessidade de que todos abracem "a utopia de evitar que a raça humana perca seu sentido ético", e estendeu seus votos de boas-festas aos funcionários do serviço de limpeza do Senado, cujo uniforme, notou, os diferencia das outras pessoas que transitam no Parlamento.

Num resumido balanço das atividades do Legislativo em 1996, Marina ressaltou a aprovação pelo Senado do rito sumário para julgamento de ações de reforma agrária, a aprovação do seu projeto de lei que permite a invasão pacífica de terra improdutiva e ainda a aprovação da primeira linha de crédito de um banco oficial para os extrativistas da região amazônica. Considerou também positiva a tramitação do seu projeto que regulamenta o acesso aos recursos da biodiversidade.

Eduardo Suplicy

Suplicy constata erro em proposta do Executivo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem esperar que o Senado Federal possa "corrigir as inconsistências e aperfeiçoar" o projeto que autoriza o governo federal a conceder apoio financeiro ao Distrito Federal e aos municípios que instituírem programa de garantia de renda mínima associado a ações sócio-educativas. Suplicy apresentou simulações indicando as imperfeições do projeto, "decorrentes de benefício negativo".

Pelo Projeto de Lei nº 667/95, já aprovado pela Câmara dos Deputados, o limite máximo de benefício por família será de R$ 15,00 para cada filho até 14 anos, menos R$ 0,5 do valor da renda familiar *per capita*. Considerando uma família com renda igual a R$ 112,00 ao mês, Suplicy disse que um casal com um filho, por exemplo, teria um benefício negativo de R$ 3,67.

- Se a metade do salário mínimo equivale a R$ 56,00, e se deduzirmos R$ 28,00, que é a metade do valor da renda familiar *per capita*, para uma família composta, por exemplo, de mãe e filho, o apoio ou o benefício negativo será da ordem de R$ 13,00 - exemplificou.

Suplicy lembrou que o projeto de sua iniciativa que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima, apresentado há cinco anos, e já aprovado pelo Senado, aguarda deliberação da Câmara.

Emília Fernandes

Emília homenageia jornal *Tribuna da Imprensa*

O 47º aniversário do jornal *Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro, que transcorrerá no próximo dia 27, foi destacado ontem pela senadora Emília Fernandes (PTB-RS), para quem se trata de "um dos mais importantes veículos da mídia nacional, não apenas pela sua história, mas principalmente pelos compromissos que mantém com a liberdade de informação e com a verdade dos fatos".

- Um dos jornais mais tradicionais da história do jornalismo brasileiro, a *Tribuna da Imprensa* destaca-se pela forma objetiva, esclarecedora e, acima de tudo, corajosa com que trata os grandes temas que envolvem os interesses nacionais, a democracia e a cidadania - disse a senadora, acrescentando que, à frente daquele veículo, "o jornalista Hélio Fernandes transformou-se em exemplo de profissionalismo, de compromisso com a democracia e com a liberdade de expressão".

Para Emília, é fundamental que jornais e jornalistas cada vez mais contribuam para o esclarecimento, orientação e formação da opinião pública.

Em aparte, o senador Francisco Escórcio (PFL-MA) felicitou Emília Fernandes pela homenagem ao jornal.

Jonas critica aumento dos combustíveis

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) protestou ontem contra o propósito governamental de aumentar o preço dos combustíveis em 10,2% nos locais mais próximos das bases de produção, mas em até 30% nas regiões mais distantes.

Jonas Pinheiro

Jonas considera esses percentuais incompatíveis com a realidade econômica, e apelou ao governo para que assegure a essas regiões as necessárias e prometidas medidas de proteção e estímulo, para que elas não sejam ainda mais discriminadas e sacrificadas.

- Na condição de senador que tem dado o devido apoio e sustentação política ao governo federal, cobramos a anunciada prioridade que seria concedida pelo presidente FHC a essas regiões, que na prática estão sendo materializadas apenas por tímidas iniciativas e por contraditórias medidas como esta - disse.

Em aparte, Francisco Escórcio (PFL-MA) disse que Jonas Pinheiro chamava a atenção para fatos que os tecnocratas não levam em consideração.

Hollanda pede maior atenção para rodovias

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) pediu ontem que o governo federal adote providências para conservar, restaurar e reconstruir a malha rodoviária federal. Ele citou pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT) dando conta de que mais de 90% dos trechos das rodovias brasileiras encontram-se em estado péssimo ou regular.

Hollanda

Ele observou que, no caso, o conceito de regular "não significa que a estrada seja considerada adequada. Significa que, se uma providência não for tomada de imediato, o trecho passará para a categoria de ruim ou péssimo. É o que ocorre, por exemplo, com o pavimento, considerado regular em 60% da malha". O senador advertiu também para a precariedade da sinalização nas estradas.

Romero Jucá

Jucá vê novo horizonte para a cabotagem

O senador Romero Jucá (PFL-RR) disse ontem que se sentiu gratificado por ter sido relator do projeto que regulamenta a navegação de cabotagem, aprovado pelo Senado na semana passada. Ele destacou a importância econômica da iniciativa, assinalando que agora os navios brasileiros ganham maior capacidade de competição no mercado internacional.

Jucá parabenizou o governo de Fernando Henrique Cardoso e o Ministério da Marinha pela iniciativa do projeto e por terem conseguido aprová-lo este ano. Previu um futuro auspicioso para a marinha mercante brasileira, certo de que ela se revitalizará e dará contribuição significativa ao crescimento econômico e social do Brasil.

O senador explicou que a bandeira brasileira, que respondeu em 1981 por cerca de 50% do movimento de fretes, foi regredindo até o patamar de 27% em 1994. Disse que a geração de fretes por navios próprios também declinou no período, de 24% cerca de 17% em 1994, sendo que no setor de carga geral essa participação caiu para 3%.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Lúdio Coelho, Jefferson Peres, Eduardo Suplicy, Jonas Pinheiro e Frascisco Escórcio

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotonio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

O Jornal do Senado é distribuído também nos vôos da Vasp, Varig e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação – Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo** – Flávio de Matos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa** – José do Carmo Andrade ■ **Editores** – Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação – Sergio Silva, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

■ **Fotos** – CélioAzevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Fernando Varela e Lindolfo Amaral

■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal